

Caracterização multidimensional dos pequenos municípios da região administrativa central do estado de São Paulo

Camila de Moraes Felipe; Ana Cláudia Fernandes Terence, Campus Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, Administração Pública, cmfelipe97@gmail.com.

Palavras Chave: *Pequenos municípios, gestão pública, indicadores.*

Introdução

Temos, no campo da Administração Pública, a perspectiva de que a redefinição do papel do Estado na busca do fortalecimento das suas funções de regulação/coordenação em conjunto com a progressiva descentralização vertical nos níveis estadual e municipal na prestação de serviços sociais e de infraestrutura ganha papel de destaque¹. Salienta-se que tal tendência direciona a ampliação da autonomia dos governos locais².

Tendo em vista a atual configuração dos municípios brasileiros, a investigação sob uma perspectiva demográfica, social, econômica e estrutural nos permite destacar que o Brasil possui municípios com enormes diferenças de população e área e, em contraponto, todos precisam cumprir igualmente seus papéis e responsabilidades enquanto entes da federação brasileira³. E, sobretudo, com a análise de múltiplas dimensões, fornecemos subsídios aos agentes formuladores de políticas públicas no direcionamento de propostas de atuação.

Objetivo

Identificar e caracterizar as principais dimensões dos 26 municípios pertencentes à Região Administrativa Central do Estado de São Paulo, atribuindo, para tanto, enfoque aos municípios de até 20 mil habitantes.

Material e Métodos

Pesquisa exploratória, caracterizada como quantitativa, realizada em três etapas: 1) Levantamento bibliográfico sistemático sobre a temática dos pequenos municípios e as dimensões de caracterização, de modo a fornecer instrumental para uma abordagem bibliométrica do problema na sistematização da produção científica; 2) Identificação dos indicadores e as variáveis para a construção das dimensões de caracterização, e seleção de indicadores; e 3) Coleta dos dados de indicadores pertencentes às dimensões socioambiental, econômica e de gestão dos municípios.

Resultados e Discussão

A amostra analisada é composta por 26 municípios, subdivididos em 4 grupos populacionais: Porte 1 (15 municípios de até 20 mil habitantes); Porte 2 (5 municípios de 20.001 a 50 mil habitantes); Porte 3 (4 municípios de 50.001 a 100 mil habitantes); e Porte 4

(2 municípios com mais de 100 mil habitantes). Tal subdivisão é necessária para traçar contrapontos entre as dimensões e porte dos municípios.

No âmbito socioambiental, os investimentos realizados no setor de educação evidenciaram maior aporte de recursos aos pequenos municípios em termos *per capita* e, no entanto, o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica obteve pior desempenho em relação aos municípios com até 20 mil habitantes, no qual apenas quatro desses ultrapassaram a média estadual, em contraposição aos municípios de portes 2, 3 e 4, com apenas um município dentre os onze abaixo da média estadual. Em relação à dimensão econômica, verificou-se a preponderância de dependência de transferências intergovernamentais diante do baixo volume de arrecadação de receita própria nos municípios pequenos. E, por fim, ao analisarmos o âmbito de gestão, temos que a estrutura funcional dos pequenos municípios conta com maior percentual de cargos comissionados, assim como os gastos *per capita* com pessoal são mais vultuosos em relação aos municípios maiores.

Levando em conta, sobretudo, um índice multidimensional – o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – nota-se grandes variações entre os municípios da amostra e, no entanto, os piores índices apresentados foram dos municípios menores, uma vez que o único município com IDH médio conta com menos de 20 mil habitantes, e em contraposição, os melhores índices são atribuídos aos dois maiores municípios (Porte 4) da região.

Conclusões

A utilização de indicadores para caracterizar os municípios segundo as dimensões socioambiental, econômica e de gestão contribuíram fortemente para a identificação da realidade municipal dos municípios pertencentes à Região Administrativa Central do Estado de São Paulo. Ademais, os dados apontam uma contradição relativa ao paradigma econômico de que se faz necessário a existência de escala para obter vantagem, uma vez que houveram destaques positivos em relação ao índice de concentração de renda em pequenos municípios.

¹ Costa, F. L. Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública, 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública*. 2008, v. 42, n. 5.

² Krell, A. J. O Município no Brasil e na Alemanha. São Paulo: *Oficina Municipal*, 2003.

³ Klering, L. R.; Kruel, A. J.; Stranz, E. Os pequenos municípios do Brasil: uma análise a partir de índices de gestão. *Análise, Revista de Administração da PUCRS*, [S.l.], 2012, v. 23, n. 1, p. 31-44.